

Fundo Municipal de Assistência Social de
Caruaru

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://etec.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo_documento:41119222-491f-4b1a-bb0d-eb4a4f954e7b

Balanco Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



BOI

2021

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://stc.ce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 41119222-d91f-4b1a-bdbd-eb4a4f954e7b



BOI

2021

Balanco Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



APRESENTAÇÃO

O Balço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balço Orçamentário Separado (BOS), apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.

Durante o exercício de 2021 o município esteve em estado de calamidade pública, conforme Decretos Legislativos nos 06 e 09 de 2020 e 195, 198 e 202 de 2021, bem como o Decreto Estadual nº 48.833 publicado em 20 de março de 2020, prorrogado pelos Decretos Estaduais de nº 49.959, de 16 de dezembro de 2020, nº 50.900, de 25 de junho e 2021, nº 51.488, de 29 de setembro de 2021 e nº 52.050, de 22 de dezembro de 2021, decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

O balanço de 2021, apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 23.533.118,60 (deficitário). A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas. É importante destacar que esta entidade tem composição orçamentária deficitária, dependendo de transferências financeiras repassadas pelo Poder Executivo. Desta forma, se incorporarmos as receitas orçamentárias o valor de R\$ 19.216.227,67, menos o montante correspondente as transferências financeiras concedidas no valor de R\$ 6.766,26 decorrentes das transferências financeiras recebidas, somados ainda o saldo financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 3.622.806,41 menos a despesa empenhada, temos um resultado da execução orçamentária de R\$ -700.850,78, superavitária. A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

CARLOS EDUARDO BRAGA FARIAS
Secretário
DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Contador



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 41119222-d91f-41f9-bdbd-eb44f954e7b

BOI **Balanco Orçamentário Individual** **2021** **Demonstração Contábil Separada**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARUARU – FMAS
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 120-1 – Fundo Público
CNPJ: 13.454.844/0001-54.
Domicílio do órgão ou entidade: Rua Armando da Fonte, 197 – Bairro Maurício de Nassau – Caruaru – Pernambuco – CEP: 55.012-010.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 120-1 “Fundo Público” possui como atividade principal “administração pública geral”. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru (FMAS).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ A moeda funcional da entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ O regime orçamentário utilizado foi o misto, que compreende o registro de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.▪ A classificação orçamentária utilizada seguiu as determinações da Portaria MPOG nº 42/99 e Portaria STN nº 163/2001.▪ O orçamento para o exercício de 2021 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento.▪ A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2021 a 31/12/2021.▪ Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa, e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa).

Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://tce.ce.gov.br/portal/validarDoc.aspx?codigo_documento=4119222-0914-4b1a-b0bd-4a49547b

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: http://tce.tcece.br/pe.gov.br/epf/validarDoc.aspx?codigo_documento=4119222-091f4b1a-b0bd-eb4a4954e7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

- No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.
- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 412.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c) remanejamento entre naturezas de receita; ou d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superávit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a) Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b) Superávit financeiro de exercícios anteriores; c) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <http://tce.tcece.pe.gov.br/criar/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=4119222-091-f4b1a-b0bd-cb4-4954e7b>

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderão ser incluídas na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas, respectivamente.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://cetescc.pf.gov.br/epf/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=4119222-091f-4b1a-b0bd-cb4a4954e7b>

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**



Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru

Rua Armando da Fonte, 197 - Maurício de Nassau - 55.012-025 - Caruaru/ PE
CNPJ: 13.454.844/0001-54 Fone: 81 - 3701-1883

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
1576-7322-683

Página
1 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I) (Nota 01)	12.516.000,00	12.516.000,00	3.930.751,89	-8.585.248,11
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00	3.000,00	26.193,70	23.193,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	3.000,00	3.000,00	26.193,70	23.193,70
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.506.000,00	12.506.000,00	3.894.610,16	-8.611.389,84
Transferências da União e de suas Entidades	12.022.000,00	12.022.000,00	3.591.610,16	-8.430.389,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	484.000,00	484.000,00	303.000,00	-181.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.000,00	7.000,00	808,96	-6.191,04

Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LIRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://eicce.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 41119222-d91f-4b1a-bb4d-e4141954e7b





Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru

Rua Armando da Fonte, 197 - Maurício de Nassau - 55.012-025 - Caruaru/ PE
CNPJ: 13.454.844/0001-54 Fone: 81 - 3701-1883

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
1576-7322-683

Página
2 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.000,00	7.000,00	9.948,03	2.948,03
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota 02)	0,00	0,00	98.940,35	98.940,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	98.940,35	98.940,35
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	98.940,35	98.940,35
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.516.000,00	12.516.000,00	4.029.692,24	-8.486.307,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 03)	12.516.000,00	12.516.000,00	4.029.692,24	-8.486.307,76
DÉFICIT (VI) (Nota 07)	-----	-----	23.533.118,60	-----
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.516.000,00	12.516.000,00	27.562.810,84	15.046.810,84

Saldos de Exercícios Anteriores

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://eic.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam?codigo_documento:41119222-d91f-4b1a-bb4d-eb44f054e7b





Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru

Rua Armando da Fonte, 197 - Maurício de Nassau - 55.012-025 - Caruaru/ PE
CNPJ: 13.454.844/0001-54 Fone: 81 - 3701-1883

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
1576-7322-683

Página
3 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Superávit Financeiro -----

Reabertura de Créditos Adicionais -----

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) (Nota 04)	27.194.000,00	30.267.792,74	27.435.378,21	26.684.807,48	26.164.572,80	2.832.414,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.300.000,00	11.323.201,74	10.696.015,37	10.696.015,37	10.548.137,13	627.186,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.894.000,00	18.944.591,00	16.739.362,84	15.988.792,11	15.616.435,67	2.205.228,16
DESPESAS DE CAPITAL (IX) (Nota 05)	2.324.000,00	187.100,00	127.432,63	127.432,63	127.432,63	59.667,37
INVESTIMENTOS	2.324.000,00	187.100,00	127.432,63	127.432,63	127.432,63	59.667,37
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	29.518.000,00	30.454.892,74	27.562.810,84	26.812.240,11	26.292.005,43	2.892.081,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	29.518.000,00	30.454.892,74	27.562.810,84	26.812.240,11	26.292.005,43	2.892.081,90
SUPERÁVIT (XIII)	-----	-----	-----	-----	-----	-----
TOTAL (XIV) = (XII + XIII) (Nota 06)	29.518.000,00	30.454.892,74	27.562.810,84	26.812.240,11	26.292.005,43	2.892.081,90
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 08)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LRYA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LRYA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://tce.ce.gov.br/epd/validaDoc.seam Código do documento: 41119222-d91f-4f1a-bdbd-eb44a4f954e7b





Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru

Rua Armando da Fonte, 197 - Maurício de Nassau - 55.012-025 - Caruaru/ PE
CNPJ: 13.454.844/0001-54 Fone: 81 - 3701-1883

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
1576-7322-683

Página
4 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Nota 09)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	184.709,67	184.709,67	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	174.791,35	174.791,35	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	9.918,32	9.918,32	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	184.709,67	184.709,67	0,00	0,00



**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: http://tcececaruaru.pe.gov.br/portal/verificar_documento.asp?codigo_documento=41119222_d01f4b1a-bb6d-eb4a-4954c7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I) (Nota 01)	12.516.000,00	12.516.000,00	3.930.751,89	-8.585.248,11
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00	3.000,00	26.193,70	23.193,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	3.000,00	3.000,00	26.193,70	23.193,70
Delegação de Serviços Públicos mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.506.000,00	12.506.000,00	3.894.610,16	-8.611.389,84
Transferências da União e de suas Entidades	12.022.000,00	12.022.000,00	3.591.610,16	-8.430.389,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	484.000,00	484.000,00	303.000,00	-181.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.000,00	7.000,00	9.948,03	2.948,03
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.000,00	7.000,00	9.948,03	2.948,03
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota 02)	0,00	0,00	98.940,35	98.940,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	98.940,35	98.940,35
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	98.940,35	98.940,35
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.516.000,00	12.516.000,00	4.029.692,24	-8.486.307,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 03)	12.516.000,00	12.516.000,00	4.029.692,24	-8.486.307,76
DÉFICIT (VI) (Nota 07)	-----	-----	23.533.118,60	-----
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.516.000,00	12.516.000,00	27.562.810,84	15.046.810,84

Nota 1) RECEITA CORRENTE: O resultado da receita corrente apresentada na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ - 8.585.248,11, o que representa um déficit de arrecadação corrente.

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: O resultado da receita de capital apresentada na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ - 98.940,35.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**

**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA. DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: http://tce.tcece.pe.gov.br/ep/validaDoc.shtm?codigo_documento=4119222491f4b1a-bdbd-cb4a41954e7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Nota 09)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	184.709,67	184.709,67	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	174.791,35	174.791,35	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	9.918,32	9.918,32	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	184.709,67	184.709,67	0,00	0,00

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Não houve registros de Restos a Pagar não processados.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 0,00 e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 184.709,67. Desde montante foram pagos R\$ 184.709,67 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intra-orçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

**Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021
(REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 153/2021)
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**

**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA DE CARVALHO, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/ep/validarDoc.seam> Código do Documento: 41119222-d91f-4b1a-bdbd-eb4a41954e7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Não houve previsão nem arrecadação de receitas intra-orçamentárias					
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	147.000,00	90.000,00	51.491,55	51.491,55	51.491,55	38.508,45
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	147.000,00	90.000,00	51.491,55	51.491,55	51.491,55	38.508,45

As despesas intra-orçamentárias fixadas no orçamento foram de R\$ 147.000,00, sendo reduzido o total de R\$ 57.000,00, ficando a dotação atualizada de 90.000,00. Destas autorizações orçamentárias foi empenhado o valor de R\$ 51.491,55, liquidado o valor de R\$ 51.491,55 e pago o valor de R\$ 51.491,55, resultando numa economia orçamentária das despesas intra-orçamentárias de R\$ 38.508,45.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 153/2021:

**Resolução TC nº 110, de 09 de dezembro de 2021
TIPOS DE CRÉDITO**

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	29.518.000,00	29.492.292,74	26.663.004,65	25.912.433,92	25.392.199,24	2.829.288,09
Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinários		962.600,00	899.806,19	899.806,19	899.806,19	62.793,81
Total	29.518.000,00	30.454.892,74	27.562.810,84	26.812.240,11	26.292.005,43	2.892.081,90

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

e.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Não ficaram Restos a Pagar Não Processados Liquidados no exercício..

e.7. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

DETALHAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS VINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Fonte	Valor (R\$)
01 – Recursos Próprios	488.204,75
16 – Convênios da Assistência Social	72.906,18
25 – Recursos do FNAS	1.950.321,95
28 – FEAS	217.740,96
49 – Emendas Parlamentares	411.085,06
55 – COVID 19 SUAS UNIÃO	482.547,51
TOTAL	3.622.806,41

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARUARU – FMAS

**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LARA LUCENA DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://atendimento.tce.pe.gov.br/dpp/validarDoc.seam?codigo_documento=1111022201641804495467b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram de R\$ 3.622.806,41. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:

Não houve registro de operações intra-orçamentárias.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 6.766,26. Enquanto as recebidas somam R\$ 19.216.227,67.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa:

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	24.787.665,60	27.261.633,36
Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita de patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades	26.193,70	27.342,11
Outras receitas derivadas e originárias	9.948,03	41.816,72
Transferências recebidas	3.993.550,51	9.024.124,30
Outros ingressos operacionais	20.757.973,36	18.168.350,06
Desembolsos	27.896.494,01	27.571.434,14
Pessoal e demais despesas	25.720.882,63	26.418.762,58
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	628.399,84	569.617,14
Outros desembolsos operacionais	1.547.211,54	583.054,38
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	-3.108.828,41	-309.800,81

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -3.108.828,41.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	127.432,63	219.833,15
Aquisição de ativo não circulante	127.432,63	219.833,15
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)	-127.432,63	-219.833,15

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -127.432,63.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 0,00.

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para esta entidade está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

f.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CARUARU – FMAS**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DE CARUARU – FMAS**
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA. DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 41119222-d91f-4b1a-bdbd-eb4a4f954e7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído
Ação				
Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário (a) de Finanças/Fazenda	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

CARLOS EDUARDO BRAGA FARIAS
Secretário

DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Contador - CRC-PE Nº 022488-O

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2021)

Orçamento Programa - Exercício de 2021

ISOLADO: 31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I) (Nota Explicativa 3.1)	93.658.000,00	93.658.000,00	126.801.491,66	33.143.491,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	400.000,00	400.000,00	180.803,14	-219.196,86
Taxas	400.000,00	400.000,00	180.803,14	-219.196,86
RECEITA PATRIMONIAL	285.000,00	285.000,00	869.847,92	584.847,92
Valores Mobiliários	285.000,00	285.000,00	869.847,92	584.847,92
TRANSFERENCIAS CORRENTES	92.170.000,00	92.170.000,00	124.592.458,35	32.422.458,35
Transferências da União e de suas Entidades	91.140.000,00	91.140.000,00	114.170.845,64	23.030.845,64
Transferências do Estado e de suas Entidades	1.030.000,00	1.030.000,00	10.421.612,71	9.391.612,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	803.000,00	803.000,00	1.158.382,25	355.382,25
Multas administrativas, contratuais e judiciais	3.000,00	3.000,00	0,00	-3.000,00
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	800.000,00	800.000,00	1.158.382,25	358.382,25
RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota Explicativa 3.2)	8.000.000,00	8.000.000,00	4.273.803,49	-3.726.196,51
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	8.000.000,00	8.000.000,00	4.273.803,49	-3.726.196,51
Transferências da União e suas Entidades	7.000.000,00	7.000.000,00	4.100.039,49	-2.899.960,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000.000,00	1.000.000,00	173.764,00	-826.236,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	101.658.000,00	101.658.000,00	131.075.295,15	29.417.295,15
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV) (Nota Explicativa 3.3)	101.658.000,00	101.658.000,00	131.075.295,15	29.417.295,15
DÉFICIT (VI) (Nota Explicativa 3.4)			82.016.475,08	
TOTAL (VII) = (V+VI)	101.658.000,00	101.658.000,00	213.091.770,23	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro			0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais			0,00	0,00



Documento Assinado em: https://www.transparencia.mec.gov.br/documentos/41119222-d91f-4b1a-bdbd-cb441954e7b

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



Orçamento Programa - Exercício de 2021

DEZEMBRO(31/12/2021)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g-h)
DESPESAS CORRENTES (VIII) (Nota Explicativa 3.5)	190.954.800,00	203.282.050,00	202.538.686,09	202.186.526,24	198.252.780,66	743.663,01
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	147.638.000,00	145.147.000,00	144.958.551,60	144.958.551,60	144.143.534,83	188.446,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.316.800,00	58.135.050,00	57.580.134,49	57.227.974,64	54.109.245,83	554.105,11
DESPESAS DE CAPITAL (IX) (Nota Explicativa 3.6)	11.626.000,00	11.119.750,00	10.553.084,14	7.443.365,58	7.173.275,11	566.365,86
INVESTIMENTOS	11.626.000,00	11.119.750,00	10.553.084,14	7.443.365,58	7.173.275,11	566.365,86
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	202.580.800,00	214.401.800,00	213.091.770,23	209.629.891,82	205.426.055,77	1.310.292,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	202.580.800,00	214.401.800,00	213.091.770,23	209.629.891,82	205.426.055,77	1.310.292,97
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV) (Nota Explicativa 3.7)	202.580.800,00	214.401.800,00	213.091.770,23	209.629.891,82	205.426.055,77	1.310.292,97
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (Nota Explicativa 3.8)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO (JAN A DEZ 2021)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	114.461,50	10.799.022,01	5.546.226,08	5.251.283,52	115.973,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.271,44	6.079.365,67	828.939,02	5.248.532,12	83.165,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.190,06	4.719.656,34	4.717.287,06	2.751,40	32.807,94
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	355.874,40	355.874,40	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	355.874,40	355.874,40	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (Nota Explicativa 3.9)	114.461,50	11.154.896,41	5.902.100,48	5.251.283,52	115.973,91

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2021)

Orçamento Programa - Exercício de 2021



ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f)-(g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.859.000,00	7.665.000,00	7.657.797,53	7.657.797,53	7.657.797,53	7.007,47
DESPESAS CORRENTES	7.859.000,00	7.665.000,00	7.657.797,53	7.657.797,53	7.657.797,53	7.007,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.859.000,00	7.665.000,00	7.657.797,53	7.657.797,53	7.657.797,53	7.007,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Documento Assinado em 31/12/2021 por DANIEL TEIXEIRA LYRA LUCENA. DANIEL DE FREITAS BARBOSA
 Acesso em: 11/12/2021 às 10:00:00. URL: https://www.fundomunicipal.gov.br/ep/v/validaDoc.seam?codigo=41119222-d91f-4b1a-bdbd-eb441954e7b



NOTAS EXPLICATIVAS

Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 – Balanço Orçamentário
EXERCÍCIO DE 2021

1. Informações Gerais

1.1. Nome do órgão ou entidade: Fundo Municipal de Saúde de Caruaru.

1.2. Natureza jurídica do órgão ou entidade: Fundo Público da Administração Direta Municipal.

1.3. Domicílio do órgão ou entidade: Av. Vera Cruz, 654, São Francisco, Caruaru, CEP: 55.008-000

1.4. Natureza das Operações e principais atividades do órgão ou entidade: A natureza jurídica do Fundo Municipal de Saúde, perante a Receita Federal do Brasil, está classificada sob o código 133-3 "Fundo Público da Administração Direta Municipal". Suas principais atividades e atribuições são otimizar a repartição dos recursos a serem alocados à saúde; promover as relações entre o Município e demais entes federados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS); gerar informações específicas que possibilitem apurar despesas e custos com os serviços de saúde; avaliar o desempenho dos serviços ofertados e dos seus agentes; melhorar a transparência das informações quanto à aplicação dos recursos em saúde e controle do Poder Público pela sociedade, de acordo com princípios de democratização da gestão da saúde; e propiciar autonomia administrativa, financeira e decisória, propiciando maior agilidade e flexibilidade de gestão no setor saúde.

1.5. Declaração de Conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria Conjunta STN/SOF Nº 06, de 18 de dezembro de 2018, que aprovou o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição. Todos seus registros contábeis atendem a Lei de Responsabilidade Fiscal e as regras estabelecidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, com destaque para a NBC TSP 16, de 18 de outubro de 2018, que trata sobre Demonstrações Contábeis Separadas, elaborada de acordo com a IPSAS 34 – *Separate Financial Statements*, editada pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* da *International Federation of Accountants* (IPSASB/IFAC).

2. Resumos das Políticas Contábeis significativas

2.1. Base de mensuração utilizadas: Foi utilizado o regime misto nas operações orçamentárias, conforme o art. 35 da Lei nº 4.320/65 e NBCASP, sendo o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas.

2.2. Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos.

2.3. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: As políticas seguem os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em



atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64 e a estrutura das demonstrações contábeis obedeceram às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, bem como na NBC TSP 16, que trata sobre Demonstrações Contábeis Separadas. Porém não há julgamentos pela aplicação destas políticas.

3. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis com referências cruzadas no Balanço Orçamentário

3.1. Receita Corrente: Foi previsto para o exercício de 2021 uma arrecadação de receitas correntes no valor de R\$ 93.658.000,00. Durante o exercício, o valor arrecadado foi de R\$ 126.801.491,66, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 33.143.491,66.

3.2. Receita de Capital: Foi previsto para o exercício de 2021 uma arrecadação de receitas de capital no valor de R\$ 8.000.000,00. Houve arrecadação de receita de capital em 2021, no montante de R\$ 4.273.803,49 o que representa um déficit de arrecadação de capital de R\$ -3.726.196,51.

3.3. Total das Receitas: A previsão total das receitas para o exercício de 2021 foi de R\$ 101.658.000,00, onde foi arrecadado o montante de R\$ 131.075.295,15, gerando um superávit de arrecadação de R\$ 29.417.295,15. O coeficiente de arrecadação foi de 1,29, ou seja, para cada R\$ 100,00 previstos, foram arrecadados R\$ 129,00.

3.4. Déficit Orçamentário: O Balanço Orçamentário apresenta déficit orçamentário. Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 131.075.295,15), menos as despesas empenhadas (R\$ 213.091.770,23) há um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 82.016.475,08. Para arcar com as despesas orçamentárias excedentes, o FMS recebeu Transferências Financeiras da Prefeitura Municipal (conforme item 3.2 das Notas Explicativas do Balanço Financeiro) no montante de R\$ 99.848.497,31, além da utilização de parte do saldo de bancos procedente do exercício anterior no valor de R\$ 21.332.874,86.

3.5. Despesas Correntes: Foram previstas para o exercício de 2021 despesas correntes no valor de R\$ 190.954.800,00, onde, atualizadas pelos créditos adicionais, totalizaram R\$ 203.282.050,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 202.538.686,09. As liquidações totalizaram R\$ 202.186.526,24 e os pagamentos somaram a importância de R\$ 198.252.780,66, restando o saldo orçamentário corrente de R\$ 743.363,91.

3.6. Despesa de Capital: Foram previstas para o exercício de 2021 despesas de capital no valor de R\$ 11.626.000,00, onde, atualizadas pelos créditos adicionais, totalizaram R\$ 11.119.750,00, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 10.553.084,14. As liquidações totalizaram R\$ 7.443.365,58 e os pagamentos somaram a importância de R\$ 7.173.275,11, restando o saldo orçamentário corrente de R\$ 566.665,86.

3.7. Total das Despesas: A previsão total das despesas foi de R\$ 202.580.800,00, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 214.401.800,00. O valor total empenhado foi de R\$ 213.091.770,23, o total liquidado totalizou R\$ 209.629.891,82 e o total pago foi de R\$ 205.426.055,77. A economia orçamentária foi de R\$ 1.310.029,77.

3.8. Restos a pagar não processados: Não houve inscrição de restos a pagar não processados no exercício de 2021.

3.9. Restos a pagar processados: Foram inscritos, em exercícios anterior, restos a pagar



processados no montante de R\$ 114.461,50 e inscritos em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 11.154.896,41. Deste montante foram pagos R\$ 5.902.100,48 e cancelados R\$ 5.251.283,52, restando de saldo a pagar o montante de R\$ 115.973,91.

4. Outras informações relevantes

4.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não há informações desta natureza.

4.2. Divulgações não financeiras: Não há informações desta natureza.

4.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há informações desta natureza.

4.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há informações desta natureza.

4.5. Informações adicionais sobre estrutura e apresentação das demonstrações contábeis: O presente balanço atende as exigências do Índice de Consistência Contábil do Tribunal de Contas de Pernambuco. O balanço orçamentário, conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição, é composto por quadro principal, quadro da execução dos restos a pagar não processado, quadro da execução dos restos a pagar processados e, caso houver, quadros com as despesas e receitas intraorçamentárias. Este balanço evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. O balanço demonstra, em caso de desequilíbrio orçamentário, o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais.

5. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo a Realizar (d) = (c - b)
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Despesas Correntes	7.859.000,00	7.665.000,00	7.657.797,53	7.657.797,53	7.657.797,53	7.202,47
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	7.859.000,00	7.665.000,00	7.657.797,53	7.657.797,53	7.657.797,53	7.202,47

6. Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa paga (h)	Saldo da dotação (i) = (e - f)
Inicial	202.580.800,00	207.127.800,00	205.835.535,86	202.373.657,45	198.169.821,40	1.292.264,14
Suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Especiais	0,00	7.274.000,00	7.256.234,37	7.256.234,37	7.256.234,37	17.765,63
Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	202.580.800,00	214.401.800,00	213.091.770,23	209.629.891,82	205.426.055,77	1.310.029,77

7. **Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários:** Não houve registros desta natureza no exercício de 2021.

8. **Atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA:** Não houve registros desta natureza no exercício de 2021.

9. **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP):**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP					
Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários.					
Ação	Subação	Produto	Responsável	Situação Atual	
Receita Orçamentária		Deduções da Receita Orçamentária	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
		Imposto de Renda Retido na Fonte	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
		Redutor Financeiro - FPM	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
		Transf. de Recursos Intergovernamentais	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
		Remuneração de Depósitos Bancários	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
Despesa Orçamentária		Receita Orçamentária por Baixa da Dívida Ativa Inscrita	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
		Classificação das Transf. e Delegações de Execução Orçamentária	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
		Classificação das Movimentações para Instituições, Consórcios e sua Contratação Direta	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
		Classificação das Despesas para fins de Aplicação em Saúde	Setor Contábil	31/12/2014	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP ¹					
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários)		Reconhecimento	Setores Contábil e Tributário	31/12/2020	Concluído
		Mensuração	Setores Contábil e Tributário	31/12/2020	Concluído
		Evidenciação	Setores Contábil e Tributário	31/12/2020	Concluído
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
Créditos previdenciários, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.		Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2020	Concluído
		Mensuração	Setor Contábil	31/12/2020	Concluído
		Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2020	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual	
		Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído

¹ Alguns procedimentos contábeis patrimoniais tiveram seus prazos prorrogados e seguirão os padrões do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, normatizado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.



Demais créditos a receber, inclusive respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Reconhecimento	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.²			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Provisões por competência.	Reconhecimento	Setores Contábil e Tributário	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil e Tributário	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil e Tributário	31/12/2019	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	Evidenciação de ativos contingentes	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação de passivos contingentes	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ativo imobilizado	Reconhecimento	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Depreciação, amortização e exaustão	Setor de Patrimônio	31/12/2015	Concluído
	Baixa do valor contábil de um item do ativo imobilizado	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Reavaliação e redução ao valor recuperável	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
Ativo intangível	Procedimentos para identificar um ativo intangível	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Reconhecimento do ativo intangível	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Baixa	Setor de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Bens de infraestrutura	Reconhecimento	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Mensuração	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Evidenciação	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Depreciação, amortização ou exaustão	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado

² As provisões incluem, dentre outras, as decorrentes de demandas judiciais trabalhistas e cíveis, bem como as provisões de repartição tributária.



	Reavaliação e redução ao valor recuperável	Setores de Obras e Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Bens do patrimônio cultural	Reconhecimento	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Mensuração	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Evidenciação	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Depreciação, amortização ou exaustão	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
	Reavaliação e redução ao valor recuperável	Setor de Patrimônio	31/12/2022	Não iniciado
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2019	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2017	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Reconhecimento	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	Imediato	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Obrigações com fornecedores por competência.	Reconhecimento	Setor Contábil	31/12/2015	Concluído
	Mensuração	Setor Contábil	31/12/2015	Concluído
	Evidenciação	Setor Contábil	31/12/2015	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Demais obrigações por competência.	A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico.			
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres	Reconhecimento	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído



	Amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável	Setores Contábil, de Informática e de Patrimônio	31/12/2020	Concluído
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Outros ativos intangíveis	A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico.			
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Investimentos permanentes	Reconhecimento	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
	Ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	Setores Contábil e de Patrimônio	31/12/2019	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estoques	Reconhecimento	Setores Contábil e de Almoxarifado	31/12/2021	Concluído
	Mensuração	Setores Contábil e de Almoxarifado	31/12/2021	Concluído
	Evidenciação	Setores Contábil e de Almoxarifado	31/12/2021	Concluído
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido pela Secretaria do Tesouro Nacional em ato normativo específico.			
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registros contábeis	Recebimento de recursos do FUNDEB	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Recebimento de complementação da União aos recursos do FUNDEB	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Registro da dedução de 20% do FUNDEB	Setor contábil	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setores contábil e administrativo	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Subação	Produto	Subação
Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Subação	Produto	Subação



Registros contábeis	Registros contábeis conforme MCASP	Setor contábil	Imediato	Concluído
PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação				
Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Estrutura do plano de contas aplicado ao setor público	Lançamentos contábeis padronizados e conjunto de lançamentos padronizados	Setor contábil	Imediato	Concluído
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação				
Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público				
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP	Balanco orçamentário	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Balanco financeiro	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Demonstração das variações patrimoniais	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Balanco patrimonial	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Demonstração dos fluxos de caixa	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Demonstração das mutações no patrimônio líquido	Setor contábil	Imediato	Concluído
	Consolidação das demonstrações contábeis	Setor contábil	Imediato	Concluído

Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
de Caruaru

Estado de Pernambuco



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://etec.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo_documento:41119222-491f-4b1a-bb0d-eb4a4f954e7b

Balanço Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada



BOI

2021

Publicado em março de 2022



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://stc.ce.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 41119222-d91f-4b1a-bdbd-eb4a4f954e7b



BOI

2021

Balanco Orçamentário Individual

Demonstração Contábil Separada

Departamento de Contabilidade



Publicado em março de 2022



Balço Orçamentário Individual Demonstração Contábil Separada



APRESENTAÇÃO

O Balço Orçamentário Individual (BOI), foi elaborado em conformidade com o Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela Portaria STN nº 438/2012, e orientações determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os fenômenos de natureza orçamentária que deram suporte a elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), com especial inferência da NBC TSP nº 11 e 13, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade alinhados padrão internacional definido pelo *International Federation of Accountants (IFAC)*.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistema informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balço Orçamentário Separado (BOS), apresenta comparativo entre as receitas previstas e as despesas realizadas com o objetivo de aferir o resultado da execução orçamentária durante o exercício. Esse outros dados são evidenciados neste balanço, como por exemplo, o excesso ou déficit de arrecadação, a economia orçamentária e informações relacionadas a restos a pagar processados e não processados.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE PE.

Durante o exercício de 2021 o município esteve em estado de calamidade pública, conforme Decretos Legislativos nos 06 e 09 de 2020 e 195, 198 e 202 de 2021, bem como o Decreto Estadual nº 48.833 publicado em 20 de março de 2020, prorrogado pelos Decretos Estaduais de nº 49.959, de 16 de dezembro de 2020, nº 50.900, de 25 de junho de 2021, nº 51.488, de 29 de setembro de 2021 e nº 52.050, de 22 de dezembro de 2021, decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

O balanço de 2021, apresenta como resultado da execução orçamentária (receita arrecadada menos a despesa empenhada) o valor de R\$ 1.094.741,84 (deficitário). A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas. É importante destacar que esta entidade tem composição orçamentária deficitária, dependendo de transferências financeiras repassadas pelo Poder Executivo. Desta forma, se incorporarmos as receitas orçamentárias o valor de R\$ 2.808.690,84, decorrentes das transferências financeiras recebidas, menos o montante correspondente as transferências financeiras concedidas no valor de R\$ 671.394,62, menos a despesa empenhada, temos um resultado da execução orçamentária de R\$ 1.042.554,38, superavitária. A seguir será apresentado o balanço orçamentário na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

PRISCILA DOLORES SALES DE AZEVEDO
Presidente
DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Contador



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://tcepe.pe.gov.br/portal/validadoc.aspx> Código do Documento: 411922-d01f-01a-10bd-eb4d-4954e7b



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 41119222-d91f-4d1a-bdbd-eb44f954e7b

BOI **Balanco Orçamentário Individual** **2021** **Demonstração Contábil Separada**

Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Caruaru - FUNDECA

Rua Cônego Luís Gonzaga, 149 - Nossa Senhora das Dores - 55.002-100 - Caruaru/ PE
CNPJ: 04.414.396/0001-74

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
2139-4933-020

Página
1 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I) (Nota 01)	893.000,00	893.000,00	794.636,28	-98.363,72
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00	2.000,00	38.946,33	36.946,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.000,00	2.000,00	38.946,33	36.946,33
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	890.000,00	890.000,00	753.868,58	-136.131,42
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	807.000,00	807.000,00	404.657,20	-402.342,80
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	343.925,57	343.925,57
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	83.000,00	83.000,00	5.285,81	-77.714,19
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	1.821,37	821,37

Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LARA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://eicce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: 41119222-d91f-4b1a-bb4d-e4141954e7b



Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Caruaru - FUNDECA

Rua Cônego Luís Gonzaga, 149 - Nossa Senhora das Dores - 55.002-100 - Caruaru/ PE
CNPJ: 04.414.396/0001-74

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
2139-4933-020

Página
2 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00	1.779,79	779,79
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	41,58	41,58
RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota 02)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	893.000,00	893.000,00	794.636,28	-98.363,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 03)	893.000,00	893.000,00	794.636,28	-98.363,72
DÉFICIT (VI) (Nota 07)	-----	-----	1.094.741,84	-----
TOTAL (VII) = (V + VI)	893.000,00	893.000,00	1.889.378,12	996.378,12

Saldos de Exercícios Anteriores

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: https://eicf.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento:41119222-d91f-4b1a-bb4d-eb44f054e7b



Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Caruaru - FUNDECA

Rua Cônego Luís Gonzaga, 149 - Nossa Senhora das Dores - 55.002-100 - Caruaru/ PE
CNPJ: 04.414.396/0001-74

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
2139-4933-020

Página
3 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Superávit Financeiro -----

Reabertura de Créditos Adicionais -----

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) (Nota 04)	3.755.000,00	2.601.698,86	1.870.810,23	1.870.810,23	1.868.192,23	730.888,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.625.000,00	2.521.698,86	1.870.810,23	1.870.810,23	1.868.192,23	650.888,63
DESPESAS DE CAPITAL (IX) (Nota 05)	390.000,00	60.000,00	18.567,89	18.567,89	18.567,89	41.432,11
INVESTIMENTOS	390.000,00	60.000,00	18.567,89	18.567,89	18.567,89	41.432,11
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74
SUPERÁVIT (XIII)	-----	-----	-----	-----	-----	-----
TOTAL (XIV) = (XII + XIII) (Nota 06)	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 08)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00

Documento assinado digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LRYA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
 Acesse em: https://eic.gov.br/ep/validaDoc.seam Código do documento: 41119222-0911-4f1a-bdbd-eb4441954e7b



Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Caruaru - FUNDECA

Rua Cônego Luís Gonzaga, 149 - Nossa Senhora das Dores - 55.002-100 - Caruaru/ PE
CNPJ: 04.414.396/0001-74

Usuário: Daniel Barbosa

Chave de Autenticação
2139-4933-020

Página
4 / 4

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Nota 09)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	551,78	2.903,40	2.944,78	510,40	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	551,78	2.903,40	2.944,78	510,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	506,00	0,00	0,00	506,00	0,00
INVESTIMENTOS	506,00	0,00	0,00	506,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.057,78	2.903,40	2.944,78	1.016,40	0,00



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Exercício de 2021



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

(ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Caruaru (FUNDECA)
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 84.12-4-00 - Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais.
a.3. CNPJ: 04.414.396/0001-74.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Av Ceara. nº. – Bairro: 285 – Cidade: Caruaru – Pernambuco – CEP: 55.016-420.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Caruaru concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 133-3 “Fundo Público da Administração Direta Municipal” possui como atividade principal “Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de assistência à criança e ao adolescente. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras.
a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
a.7. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUNDECA).

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Orçamentário, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ A moeda funcional da entidade é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ O regime orçamentário utilizado foi o misto, que compreende o registro de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.▪ A classificação orçamentária utilizada seguiu as determinações da Portaria MPOG nº 42/99 e Portaria STN nº 163/2001.▪ O orçamento para o exercício de 2021 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento.▪ A execução deste balanço se fundamentou no período orçamentário que compreende o dia 01/01/2021 a 31/12/2021.▪ Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.▪ Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <http://tce.tcece.br/pe.gov.br/ep/ver/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=41119222-091f-4b1a-bb0d-cb4a4954c7b>

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

- Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa, e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa).
- No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.
- As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição.
- No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.
- Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 412.
- No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

b.3.Termos e Definições correlatos ao Balanço Orçamentário:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA:

Previsão Inicial

Demonstra os valores da previsão inicial das receitas conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA. As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes a data da publicação da LOA, também integrarão os valores apresentados na coluna.

Previsão Atualizada

Demonstra os valores da previsão atualizada das receitas, que refletem a reestimativa da receita decorrente de, por exemplo: a) registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais; b) criação de novas naturezas de receita não previstas na LOA; c) remanejamento entre naturezas de receita; ou d) atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas após a data da publicação da LOA. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Receitas Realizadas

Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como, por exemplo, a rede bancária.

Receitas Correntes

Receitas Correntes são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.

Receitas de Capital

Receitas de Capital são as receitas orçamentárias que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas e que, em geral, não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

Operações de Crédito / Refinanciamento

Demonstra o valor da receita decorrente da emissão de títulos públicos e da obtenção de empréstimos, inclusive as destinadas ao refinanciamento da dívida pública. Os valores referentes ao refinanciamento da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às despesas com amortização da dívida e refinanciamento.

Déficit

Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha Superávit (XIII). Nesse caso, a linha Déficit (VI) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Saldos de Exercícios Anteriores

Demonstra o valor dos recursos provenientes de exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas do exercício corrente. Estão compreendidos nessa rubrica: a) Recursos arrecadados em exercícios anteriores; b) Superávit financeiro de exercícios anteriores; c) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores Demonstra os valores arrecadados em exercícios anteriores que serão utilizados para custear despesas de benefícios previdenciários do RPPS do exercício corrente, permitindo o equilíbrio na aprovação da Lei Orçamentária. A classificação orçamentária criada para essa finalidade é a "9990.00.00 – Recursos

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Exercício de 2021



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

arrecadados em exercícios anteriores - RPPS", que se encontra disponível na relação de naturezas de receitas, conforme estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. No caso do RPPS, inicialmente há mais receitas do que pagamentos de benefícios (fase de capitalização). Para que haja equilíbrio orçamentário, a diferença de valores é lançada como reserva do RPPS do lado da despesa orçamentária. Entretanto, a partir de determinado momento, é provável que haja mais despesas do que receitas, fazendo-se necessário utilizar os recursos que foram anteriormente capitalizados. Deste modo, a parcela de recursos de exercícios anteriores que será utilizada para complementar os pagamentos de aposentadorias e pensões poderão ser incluídas na previsão da receita para fins de equilíbrio orçamentário. Ressalta-se que, quando da elaboração do projeto de lei orçamentária, estes recursos arrecadados em exercícios anteriores ainda não podem ser classificados como superávit financeiro, já que este só pode ser obtido ao final do exercício. Assim, tais recursos poderão ser incluídos na coluna de previsão inicial, para fins de demonstração do equilíbrio na aprovação do orçamento. Todavia, não são passíveis de execução, por já terem sido arrecadados em exercícios anteriores. Na execução do orçamento, estes recursos serão lançados como superávit financeiro no Balanço Orçamentário na coluna de receita realizada.

Superávit Financeiro de exercícios anteriores

Conforme previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior constitui fonte para abertura de crédito adicional. Tais valores não são considerados na receita orçamentária do exercício de referência nem serão considerados no cálculo do déficit ou superávit orçamentário já que foram arrecadados em exercícios anteriores. Apresenta valores somente nas colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada e deverá corresponder ao valor utilizado para a abertura de créditos adicionais e valor efetivamente utilizado para o empenho de despesas, respectivamente.

Reabertura de Créditos Adicionais

Corresponde aos créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior que forem reabertos no exercício de referência, observado o saldo remanescente⁵. Somente deverão ser levados ao balanço os valores efetivamente reabertos.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Dotação Inicial

Demonstra os valores dos créditos iniciais conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

Dotação Atualizada

Demonstra a dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

Despesas Empenhadas

Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive das despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada a despesa empenhada.

Despesas Liquidadas

Demonstra os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.

Despesas Pagas

Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.

Despesas Correntes

Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Despesas de Capital

Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Reserva de Contingência

Reserva de Contingência é a destinação de parte das receitas orçamentárias para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos, bem como eventos fiscais imprevistos, inclusive para a abertura de créditos adicionais.

Reserva do RPPS

Reserva do RPPS é a destinação de parte das receitas orçamentárias do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o pagamento de aposentadorias e pensões futuras. Ressalta-se que a diferença entre a reserva do RPPS e a reserva de contingência está na subfunção, identificadas pelos códigos 997 e 999, respectivamente, conforme a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001. Ressalta-se ainda que esta rubrica se destina a evidenciar a reserva/guarda de um recurso que será utilizado para custear despesas futuras, não havendo execução de fato (empenho, liquidação ou pagamento) nesta rubrica.

Amortização da Dívida/ Refinanciamento

Demonstra o valor da despesa orçamentária decorrente do pagamento ou da transferência de outros ativos para a quitação do valor principal da dívida, inclusive de seu refinanciamento. Os valores referentes à amortização da dívida pública deverão ser segregados em operações de crédito internas e externas, e estas segregadas em dívida mobiliária e dívida contratual. Este nível de agregação também se aplica às receitas com operações de crédito e refinanciamento.

Superávit

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: <http://tce.tcece.org.br/proc/ppa/rh/inf/infDoc.aspx?doc=camCodigo-do-documento-4119222-091-f411a-bdbd-eb4a4954e7b>

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Demonstra a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, se for o caso. Equivale à diferença entre a linha Subtotal com Refinanciamento (V) das receitas e a linha Subtotal com Refinanciamento (XII) das despesas. Se as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas, essa diferença será lançada na linha Déficit (VI). Nesse caso, a linha Superávit (XIII) deverá ser preenchida com um traço (-), indicando valor inexistente ou nulo. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de Dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar não processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Liquidados

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e ainda não pagos.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar não processados, liquidados após sua inscrição e pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar não processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência. Ressalta-se que a parcela do saldo que tiver sido liquidada ao longo do exercício de referência será transferida para restos a pagar processados no início do exercício seguinte.

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

Inscritos em Exercícios Anteriores

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos aos exercícios anteriores, exceto os relativos ao exercício imediatamente anterior, que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior

Compreende o valor de restos a pagar processados relativos ao exercício imediatamente anterior que não foram cancelados porque tiveram seu prazo de validade prorrogado.

Pagos

Compreende o valor dos restos a pagar processados pagos.

Cancelados

Compreende o cancelamento de restos a pagar processados por insuficiência de recursos, pela inscrição indevida ou para atender dispositivo legal.

Saldo a Pagar

Compreende o saldo, em 31 de dezembro, dos valores inscritos e ainda não pagos. Corresponde aos valores inscritos nos exercícios anteriores deduzidos dos valores pagos ou cancelados ao longo do exercício de referência.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no balanço orçamentário.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não houve julgamentos pela aplicação de políticas contábeis que interferissem no balanço orçamentário.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU

Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade Exercício de 2021



Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: http://tce.tcece-pe.gov.br/cp/validador/validador_documento_41119222_d0Hf4h1r-bb6d-cb444954c7b

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I) (Nota 01)	893.000,00	893.000,00	794.636,28	-98.363,72
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA PATRIMONIAL	2.000,00	2.000,00	38.946,33	36.946,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.000,00	2.000,00	38.946,33	36.946,33
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	890.000,00	890.000,00	753.868,58	-136.131,42
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	807.000,00	807.000,00	404.657,20	-402.342,80
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	343.925,57	343.925,57
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	83.000,00	83.000,00	5.285,81	-77.714,19
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.000,00	1.821,37	821,37
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.000,00	1.000,00	1.779,79	779,79
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	41,58	41,58
RECEITAS DE CAPITAL (II) (Nota 02)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	893.000,00	893.000,00	794.636,28	-98.363,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 03)	893.000,00	893.000,00	794.636,28	-98.363,72
DÉFICIT (VI) (Nota 07)	-----	-----	1.094.741,84	-----
TOTAL (VII) = (V + VI)	893.000,00	893.000,00	1.889.378,12	996.378,12

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU

**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021**



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA, DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Acesse em: http://tce.tcece.pe.gov.br/epf/validaDoc.scam?codigo_documento=4119222-d0f-4b1a-bb6d-eb4449547b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Nota 1) RECEITA CORRENTE: O resultado da receita corrente apresentada na coluna de saldo ao final do exercício foi de R\$ 98.363,72, o que representa déficit de arrecadação corrente.

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: Não houve previsão nem arrecadação de receita de capital para esta entidade.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 893.000,00, sendo arrecadado o valor de R\$ 794.636,28, o que gerou déficit de arrecadação de R\$ 98.363,72. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 88,95%.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) (Nota 04)	3.755.000,00	2.661.698,86	1.870.810,23	1.870.810,23	1.868.192,23	730.888,63
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	130.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.625.000,00	2.521.698,86	1.870.810,23	1.870.810,23	1.868.192,23	650.888,63
DESPESAS DE CAPITAL (IX) (Nota 05)	390.000,00	60.000,00	18.567,89	18.567,89	18.567,89	41.432,11
INVESTIMENTOS	390.000,00	60.000,00	18.567,89	18.567,89	18.567,89	41.432,11
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74
SUPERÁVIT (XIII)	*****	*****	*****	*****	*****	*****
TOTAL (XIV) = (XII + XIII) (Nota 06)	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74

Nota 4) DESPESAS CORRENTES: O resultado da execução das despesas correntes, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 730.888,63.

Nota 5) DESPESAS DE CAPITAL: O resultado da execução das despesas de capital, frente as dotações autorizadas foi de R\$ 41.432,11.

Nota 6) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 4.145.000,00, somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 2.661.698,86. O valor total empenhado foi de R\$ 1.889.378,12, o liquidado R\$ 1.889.378,12, e o pago R\$ 1.886.760,12. A economia orçamentária foi de R\$ 772.320,74. O coeficiente de execução foi de 70,99%.

Nota 7) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO: Ao aplicarmos a fórmula da execução orçamentária que compara as receitas arrecadadas (R\$ 794.636,28), menos as despesas empenhadas (R\$ 1.889.378,12) houve um déficit de execução orçamentária na ordem de R\$ 1.094.741,84.

As transferências financeiras recebidas por esta entidade foram no valor de R\$ 2.808.690,84, as quais deram suporte para a execução da despesa, acima da capacidade de arrecadação orçamentária prevista para a entidade. Desta forma, o resultado da execução orçamentária da entidade, ao incorporarmos os valores das transferências financeiras recebidas, menos as transferências financeiras concedidas que totalizam o montante de R\$ 671.39,62, o resultado será de R\$ 1.042.554,38, superavitário.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (Nota 08)	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f) = (a + b - d - e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA. DANIEL DE FREITAS BARBOSA
 Acesse em: http://tce.tcece.pe.gov.br/ep/validarDoc.aspx?codigo_documento=4119222491f4b1a-bdbd-cb4a41954e7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Nota 09)	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e) = (a + b - c - d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
DESPESAS CORRENTES	551,78	2.903,40	2.944,78	510,40	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JURIS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	551,78	2.903,40	2.944,78	510,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	506,00	0,00	0,00	506,00	0,00
INVESTIMENTOS	506,00	0,00	0,00	506,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.057,78	2.903,40	2.944,78	1.016,40	0,00

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores foi de R\$ 2.000,00. Os restos a pagar inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior totalizou R\$ 0,00. Foram liquidados no exercício o valor de R\$ 0,00, e pagos R\$ 0,00. Foram cancelados o valor de R\$ 2.000,00, restando de saldo o valor de R\$ 0,00.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 1.057,78, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 2.903,40. Desde montante foram pagos R\$ 2.944,78 e cancelados R\$ 1.016,40, restando de saldo a pagar R\$ 0,00.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

d.2.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este balanço.

e) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

e.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

e.2.Detalhamento das receitas e despesas intra-orçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN:

Anexo 12 – Balanço Orçamentário da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2021
(REQUISITOS MÍNIMOS DA RESOLUÇÃO Nº 153/2021)
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA. DANIEL DE FREITAS BARBOSA
 Acesse em: <https://stc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 41119222-d91f-91a-pdbd-eb7b-41954e7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Não houve registro de operações intra-orçamentárias.

e.3. Detalhamento das Despesas Executadas por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário) conforme Resolução TCE-PE nº 153/2021:

Resolução TC nº 153, de 15 de dezembro de 2021
TIPOS DE CRÉDITO

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa Paga (h)	Saldo da Dotação (i) = (e - f)
Inicial/Suplementar	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74
Especiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extraordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.145.000,00	2.661.698,86	1.889.378,12	1.889.378,12	1.886.760,12	772.320,74

e.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2020.

e.5. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA:

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo que justifique alteração da previsão atualizada da receita.

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receita Realizada (c)	Saldo a Realizar (d) = (c - b)
Receitas Correntes		0,00		
Receitas de Capital		0,00		
TOTAL		0,00		

e.6. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados:

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP, pág. 412.

e.7. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente:

DETALHAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS VINDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Fonte	Valor (R\$)
Recursos Próprios	1.093.868,50

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2020 foram de R\$ 1.093.868,50. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

e.8. Superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS:

Não houve registro de operações intra-orçamentárias.

e.9. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 671.394,62. Enquanto as recebidas somam R\$ 2.808.690,84.

e.10. Conciliação com os Valores dos Fluxos de Caixa Líquidos das Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa:

--

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA DANIEL DE FREITAS BARBOSA
 Acesse em: http://tce.ce.gov.br/ep/validarDoc.seam?codigo_documento:41119222491

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	3.625.591,37	2.756.518,85
Receita tributária	0,00	0,00
Receita de contribuições	0,00	0,00
Receita de patrimonial	0,00	0,00
Receita agropecuária	0,00	0,00
Receita industrial	0,00	0,00
Receita de serviços	0,00	0,00
Remuneração das disponibilidades	38.946,33	176,72
Outras receitas derivadas e originárias	1.821,37	2.800,24
Transferências recebidas	753.868,58	747.396,72
Outros ingressos operacionais	2.830.955,09	2.006.145,17
Desembolsos	2.566.186,61	2.464.124,83
Pessoal e demais despesas	308.795,42	503.119,84
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	1.562.341,59	1.387.159,87
Outros desembolsos operacionais	695.049,60	573.845,12
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	1.059.404,76	292.394,02

As atividades operacionais geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 1.059.404,76.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	18.567,89	6.604,90
Aquisição de ativo não circulante	18.567,89	6.604,90
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos (II)	-18.567,89	-6.604,90

As atividades de investimentos geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ -18.567,89.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	0,00	0,00

As atividades de financiamento geraram o fluxo de caixa líquido no valor de R\$ 0,00.

f) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

Para esta entidade está sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, para cidades acima de 50.000 habitantes.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2020	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2023	Em andamento

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU
Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA; DANIEL DE FREITAS BARBOSA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 41119222-d91f-4b1a-bdbd-eb4a41954e7b

Notas Explicativas

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO INDIVIDUAL DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CARUARU**Demonstração Contábil Individual ou Separada da Entidade
Exercício de 2021****Notas Explicativas**

(De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021)

1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Presidente	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

PRISCILA DOLORES SALES DE AZEVEDO
Presidente

DANIEL DE FREITAS BARBOSA
Contador - CRC-PE Nº 022488-O